

A DEMOCRACIA HÍDRICA NO ÂMBITO INTERNACIONAL

Fernanda S. Cardoso (UFSCar); Celso M. de Oliveira
(UFSCar); Cláudia E. Pozzi (UFSCar); Laura C. L. B. Ferrati
(UFSCar).

fernandas.cardoso@hotmail.com; celmaran@gmail.com;
claudiaelisabethpozzi@gmail.com; laura_ferrati@hotmail.com.

Universidade Federal de São Carlos-UFSCar

[Justiça, democracia e seletividade]

A compreensão do direito à água como direito fundamental vem a agregar novos significados às multifacetadas relações entre Estado, direito e sociedade, agora reorientadas ao acesso, uso, gestão e participação responsável sobre os recursos naturais numa perspectiva de solidariedade e autodeterminação. O reconhecimento do direito democrático à água enreda-se como paradoxo e desafio à globalização: novos sujeitos de direitos no exercício de uma cidadania ativa a autodeterminar o uso e a cogestão dos recursos hídricos como política de Estado. Redesenha-se o sujeito de direitos como um sujeito-cidadão, dotado de poder decisório já não mais exclusivo do Estado, em que o ativismo dos sujeitos toma corpo, não somente como destinatários, mas também corresponsáveis pela gestão do meio ambiente, no direito-dever de cuidar e administrar o ambiente da vida, de participar da vida política e econômica da sociedade na expressão jurídica de um pluralismo que se opõe à centralidade estatal na

regulação e produção de normas e direitos. Cria-se um novo campo teórico-epistemológico que exige repensar conceitos consagrados – público, privado, bens, sujeitos de direitos, cidadania e soberania – para um direito transfronteiriço que inter-relaciona indivíduos e Estados, privado e público, local e global, responsabilidade e solidariedade, em que se visibilizam as ambiguidades epistemológicas e práticas sobre o conceito de água. A problemática ínsita à democracia hídrica – acesso e cogestão individual e comunitária – desenrola-se no campo dos direitos, da cidadania e nos vieses dos interesses econômicos sobre o controle e exploração destes recursos frequentemente subjugados ao império da lei do mercado.

Fernanda S. Cardoso: Estudante de Bacharelado em Gestão e Análise Ambiental na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Integrante do Grupo de Pesquisas Novos Direitos (UFSCar).

Celso M. de Oliveira: Professor do Departamento de Ciências Ambientais da UFSCar. Doutor (2005) em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP, Mestre (2000) em Direito da Integração pela Faculdade de Direito de Coimbra. Líder do Grupo de Pesquisa Novos Direitos.

Cláudia E. Pozzi: Graduada em Direito pela PUC Campinas (1996), em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1987), Mestre em Direito Civil pela USP (2002) e Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2008). Pesquisadora do grupo Novos Direitos (UFSCar).

Laura C. L. B. Ferrati: Estudante de Bacharelado em Gestão e Análise Ambiental na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Integrante do Grupo de Pesquisas Novos Direitos (UFSCar).